

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

Escola Superior de Altos Estudos

***CENTROS SOCIAIS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA:
UM REATAR DE LAÇOS DO PASSADO?***

Santana: um estudo de caso

LINA GRACIELA JARDIM PEREIRA

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra, 2012



***CENTROS SOCIAIS E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA:
UM REATAR DE LAÇOS DO PASSADO?***

Santana: um estudo de caso

LINA GRACIELA JARDIM PEREIRA

Dissertação apresentada no ISMT para Obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora: Professora Doutora Maria Helena Fernandes Mouro

Coimbra, Agosto de 2012

Resumo

No actual contexto da sociedade da incerteza, agravado pelas consequências da crise económica e financeira global, assiste-se a um retomar de práticas de âmbito comunitário que comportam um conjunto de desafios à intervenção social e, consequentemente, ao Serviço Social como profissão nuclear da intervenção social. A presente dissertação visa por um lado, compreender, a partir de um estudo de caso centrado nos Centros Sociais Municipais de Santana, as transformações que se têm operado no âmbito da Intervenção Comunitária e por outro, desenvolver uma reflexão não só sobre as relações existentes entre a Intervenção Comunitária e os Centros Sociais, como “novos-velhos” paradigmas institucionais, mas também entre a Intervenção Comunitária e o Serviço Social de Comunidades. Partindo de um enfoque qualitativo, dentro da metodologia da grounded theory, privilegiou-se como técnicas a observação das relações sociais nos Centros Sociais Municipais e as entrevistas compreensivas em profundidade, tanto às técnicas superiores dos Centros Sociais, como à coordenadora. Adoptando uma postura reflexiva, interrogativa e problematizadora constante, percebeu-se que, efectivamente, a Intervenção Comunitária desenvolvida em Santana é, mais concretamente, uma actuação pluralista de âmbito comunitário, a qual resulta do processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades, aproximando-se da Intervenção em Comunidades. Os Centros Sociais são locus privilegiados da intervenção de âmbito comunitário, na medida em que se têm recontextualizado, respondendo às (pseudo) transformações culturais, institucionais e políticas, legitimando assim uma prática profissional de funções mediadoras, dentro de um eixo normalizador.

Palavras-Chave: Centros Sociais, Intervenção Comunitária; Serviço Social de Comunidades e Serviço Social.

Abstract

In the current context of uncertainty, compounded by the consequences of global financial and economic crisis, we are witnessing a return to community practices which contain a set of challenges to social intervention and, consequently, to Social Work profession as the nucleus's social intervention. This thesis aims to understand, from a case study, the changes which have operated under the community intervention in the specific context of the Santana's social centers. Thus, we use reflexivity to understand the links, on one hand, between community intervention and social centers, as "new-old" paradigms of social institution and, secondly, between the community intervention and community social work, as the third method of social work profession. From a qualitative approach, within the grounded theory methodology, we focused on the social relationships's observation in social centers and comprehensive in-depth interviews, both to the responsible's social centers, or to the coordinator. Adopting a reflexive stance, constant questioning and problematizing, we realized that, actually, Santana's community intervention is developed, more specifically, as a pluralistic community level action, resulting from the process of detraditionalization of community social work, approaching the intervention to intervention in community. Social centers are privileged locus of the community intervention. They have being recontextualized in form to respond the (pseudo) changes that have being happening in cultural institutions and political systems. Thus legitimizes a mediation function practice within a normalizer axis in the social work profession.

Key-word: Community intervention, Community social work, Social Centers and Social Work.

Introdução

A presente dissertação de mestrado intitulada *Centros Sociais e Intervenção Comunitária: um reatar de laços do passado? Santana: um estudo de caso* enquadra-se no âmbito do IX Mestrado em Serviço Social ministrado pelo Instituto Superior Miguel Torga.

O tema da Intervenção Comunitária e a sua relação com o Serviço Social surge em resposta a um interesse académico que se foi consolidando no tempo e do qual derivou a importância que, no tempo e no espaço, esteve na origem da necessidade em aprofundar o conhecimento sobre a tríade constituída por: Intervenção Comunitária, Serviço Social de Comunidades e Políticas Locais de Intervenção Social.

Desta forma, a partir de um estudo qualitativo, cuja componente empírica engloba os quatro Centros Sociais Municipais de Santana, definiu-se como força motriz da pesquisa a análise e reflexão da relação que se configura entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária desenvolvida no concelho de Santana, tornando-se imprescindível, neste sentido, fazer o mesmo exercício reflexivo-analítico para a relação Serviço Social de Comunidades e Intervenção Comunitária. Assim, pretendeu-se compreender:

- A relação **intrínseca** entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária;
- A relação entre Intervenção Comunitária e Serviço Social de Comunidades, **não estando a segunda necessariamente acoplada à primeira;**
- A trajetória que se desenvolveu no âmbito da Intervenção Comunitária local, no concelho de Santana, ou seja, **compreender se esta é, ou não, fruto de um processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades.**

O desenrolar do trabalho envolveu uma componente conceptual de aprofundamento teórico sobre o Serviço Social de Comunidades, a sua emergência e institucionalização. Discorreu sobre as alterações que se operaram no conceito de Comunidade e a sua implicação no processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades, acoplado ao conjunto de transformações ocorridas no âmbito da transição paradigmática da sociedade industrial para a sociedade do risco. E, por último, mas não menos importante, dirigiu um olhar reflexivo em torno do processo de construção, desconstrução e reconstrução do paradigma institucional dos Centros Sociais.

Na componente empírica, a metodologia da grounded theory foi a que se configurou pertinente no âmbito do estudo de caso, na medida em que, toda a investigação encontra-se imbuída num contexto específico – *grounded* – permitindo, a partir da análise qualitativa dos dados recolhidos - quer da observação, quer das entrevistas compreensivas em profundidade

aplicadas às profissionais dos centros, bem como à coordenadora - formular um conhecimento específico, sistematizado e localizado da Intervenção Comunitária e a sua relação, quer com os Centros Sociais, quer com o Serviço Social de Comunidades e ainda com o processo de intervenção conduzido pelo poder local. Posteriormente, desenvolve-se uma reflexão sobre o tema, dentro de um espectro mais abrangente, mas de forma sintética.

Para uma melhor compreensão dos eixos de análise descritos, o trabalho divide-se em dois capítulos: o primeiro diz respeito a toda a exploração conceptual, enquanto o segundo corresponde ao estudo empírico desenvolvido no trabalho in loco.

Dentro da exploração conceptual, começa-se pela emergência da Intervenção Comunitária, finais do século XIX, até à sua consolidação como método próprio do Serviço Social, em 1962, e a sua recriação na sociedade contemporânea. Face à intrínseca relação existente entre a Intervenção Comunitária e os Centros Sociais, desenvolve-se um segundo ponto, de teor essencialmente reflexivo, sobre os Centros Sociais e a sua recontextualização na passagem para a sociedade do risco, como paradigmas institucionais reabsorvidos pelo poder local.

Já no estudo empírico, inicia-se o capítulo com uma breve contextualização socio-demográfica e cultural do local de investigação, os Centros Sociais Municipais de Santana, justificando-se assim a pertinência do estudo. Segue-se a trajectória de pesquisa, onde a metodologia, as técnicas e as estratégias adoptadas ao longo de todo o processo investigativo são desenvolvidas e, por fim, a discussão dos dados que resulta do culminar de um trabalho reflexivo, interrogativo e problematizador de toda a informação recolhida e trabalhada, havendo a preocupação constante de articular com o trabalho de exploração conceptual desenvolvido no primeiro capítulo.

Por fim, o trabalho termina com uma síntese conclusiva onde, mais do que encontrar respostas, visa a reflexão sobre o tema em estudo, mas que não deixa de salientar o conhecimento inferido e sistematizado do estudo particular dos Centros Sociais Municipais de Santana.

Capítulo I – Exploração conceptual

1. Da emergência à consolidação da Intervenção Comunitária como método próprio do Serviço Social

A institucionalização do Serviço Social, como profissão, assume-se como elemento referencial que dá substância à tese de que, a mudança de paradigma societário associado à transição da sociedade tradicional para a sociedade industrial, conduziu a uma alteração das práticas de intervenção ao nível da pobreza e de todos os problemas que lhe estavam associados (Mouro, 2009, p. 36).

Enquanto profissão, o Serviço Social definiu como missão ajudar as populações mais carenciadas do ponto de vista económico e social. Face às características dos problemas com que no seu quotidiano profissional as assistentes sociais se confrontavam, e, tendo em linha de conta a influência do positivismo ao nível do exercício da intervenção social, o primeiro método sistematizado, contrariamente ao que seria previsto dada a ligação histórica do Serviço Social à intervenção em contextos comunitários, foi o “casework”¹. Em termos de tempo e espaço o casework “*investe na construção de uma teoria de prática individualizada de intervenção (...)*” (Mouro, 2001, p. 37-38)². Neste sentido, a actuação desenvolvida pelos profissionais incidia no controlo das desigualdades e na ressocialização das franjas da população desfilhada do sistema político, ou seja, o Serviço Social, enquanto profissão social, centrou a sua actividade profissional “*(...) na arbitragem dos conflitos sociais, [fazendo-se impor, socialmente], como mecanismo redutor dos conflitos*” (Idem, *Ibidem*).

No quadro da hegemonização do Serviço Social, enquanto profissão social na sociedade industrial, desenvolveu-se uma alteração no seu *ethos* profissional³. Esta mudança singulariza-se por ter-se processado em dois planos: um circunstancial e outro contextual. Quanto ao primeiro, o circunstancial, deve-se ao facto de, a actividade profissional ter articulado as suas características controladoras com as transformações que se foram colocando, quer ao nível da amplitude dos problemas, quer no que concerne às formas de intervir e metodologias utilizadas. Quanto ao segundo, o plano contextual, tem como

¹ Tendo como eixo axial do exercício profissional o “Diagnóstico Social”, publicado em 1917 por Mary Richmond, sendo que, o seu segundo livro “What is casework?” (1922) veio dar conteúdo à cultura de intervenção pensada e legitimada pelo Serviço Social.

² “ [Esta encontra-se] orientada numa lógica intelectual que argumenta a explicação dos fenómenos sociais à luz do dinamismo das relações humanas [teorias da personalidade] e das necessidades criadas ao nível do contexto das relações formais e informais da estrutura social” (Mouro, 2001, p. 37-38).

³ “ (...) como modo de ser profissional (...)” (Freire; Machado, 2010, p. 274).

elemento referencial a influência exercida sobre as práticas profissionais por parte do conhecimento dominante e dos processos políticos de regulação⁴ das desigualdades. Daqui resultou um exercício profissional integrador de características assistenciais, acoplado a um exercício executor de características mediadoras (Mouro, 2009).

Neste sentido, compreende-se que a Intervenção Comunitária, emergente no contexto de desenvolvimento da economia de mercado e da recuperação económica da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial (Mouro, 2001, p. 43), apoiada no Plano Marshal, tenha sobrevivido à crise de legitimação das metodologias clássicas⁵ do Serviço Social, emergente nos anos 60 do séc. XX, e, politicamente associada à crise petrolífera que fragilizou o sistema capitalista bem como ao crescimento de um processo fracturante na sociedade, conduzido por movimentos sociais emergentes que protagonizaram uma crítica acentuada ao sistema económico dominante.

Foi neste contexto que, conjunturalmente, tomam significado os Movimentos de Reconceptualização⁶, hoje designados de Renovação, na América Latina. Estes Movimentos, se por um lado desconstruíram a representação acomodada da profissão, por outro, politizaram o exercício profissional. Por sua vez, a politização da profissão fez não só repensar a dimensão política do exercício profissional, como também das metodologias profissionais. Caso, Grupo e Comunidades, ao serem politicamente repensados, recapitalizaram-se, ideologicamente, como métodos de intervenção social. O impacto endógeno⁷ desta dicotomização, entre político e ideológico, produziu efeitos diferenciados no exercício global da profissão. Se, na América Latina e nos países seus colonizadores com vivências ditatoriais, como o caso de Portugal, fez repensar a dimensão política do exercício profissional, produziu efeitos paradoxais pondo em causa a existência do Serviço Social enquanto profissão vocacionada para lutar pela Justiça Social, ao mesmo tempo que investia na Intervenção Comunitária como um processo de consciencialização política dos mais

⁴ “A regulação combina a relação problema-recurso de acordo com certas normas institucionais preestabelecidas, tomando os problemas como desregulagens que podem ser reparadas através de mecanismos institucionais” (Faleiros, 1991, p. 107).

⁵ Muito embora, na Europa, por influência do modelo francófono, não se tenha desenvolvido de forma tão intensa e expressiva comparativamente a países que adoptaram o modelo anglo-saxónico (Mouro, 2001).

⁶ “Faz-se a crítica não somente ao capitalismo em geral, mas à sua forma dependente, concentradora e excludente na América Latina. A isso se agrega uma profunda crítica ao positivismo, ao indivíduo-problema e à mobilização de recursos. Ou seja, rompe-se com a lógica “pessoa/meio ambiente”, própria do funcionalismo. (...) Há um processo de dupla ruptura: com a ideologia da adaptação e seu tecnicismo e com a metodologia e a epistemologia positivistas” (Faleiros, 2011, p. 753).

⁷ Deu-se a “recontextualização das estratégias de intervenção e de ajuda social, assim como das formas de actuação” (Mouro, 2009, p. 149) num quadro de reinvenção ideológica das instituições sociais mantendo-se, no entanto, o “princípio político de mediador de conflitos, o que fez com que a sua idiossincrasia tivesse sido, em parte, preservada” (Mouro, 2009, p. 151).

desfavorecidos. A ambiguidade em torno da natureza e da finalidade da profissão gerou controvérsia relativamente às metodologias tradicionais do Serviço Social e, inerentemente, ao exercício do Serviço Social de Comunidades. A Intervenção Comunitária afirmou-se como uma alternativa, que se diferenciava por utilizar diferentes metodologias e por ser exercida de forma aberta e não exclusivamente profissional. Exogenamente, os efeitos políticos destes movimentos foram mitigados por dinâmicas culturais mais focalizadas numa atitude propositiva, do que na rejeição do seu processo histórico.

Segundo Mouro (2009), o processo político de dicotomizar o exercício profissional dos assistentes sociais mediante uma perspectiva redundante do processo de intervenção, ao nível da gestão das desigualdades sociais, abriu espaço ideológico para a formação de dois blocos:

- Um de ruptura com o passado, criando as condições não só para a “colonização” do conhecimento, onde se suporta o exercício profissional do Serviço Social, mas também para a “hibridização” das suas competências profissionais;

- Outro destradicionalizador, que se singulariza por investir num processo de recontextualização do exercício profissional, o qual implica saber sistematizar a experiência à luz do desenvolvimento do conhecimento. Assim se explica o facto de, em Portugal, a Intervenção Comunitária ter sido subalternizada face à reconfiguração das responsabilidades políticas do Estado na gestão das desigualdades e na construção cultural e política do conceito de cidadania⁸ (Estado Providência).

O Serviço Social de Comunidades⁹, como método “ (...) se constitui num processo de relacionamento do assistente social com indivíduos e grupos e de vários indivíduos ou grupos entre si. O assistente social estimula, sugere, orienta os interessados, sem obrigá-los, e os aceita como são sem julgá-los. (...). Os indivíduos não procuram solucionar seus próprios problemas, mas os que afectam a comunidade; trabalham em benefício de um determinado projecto, plano ou serviço aceito por eles como o mais adequado à comunidade” (Vieira, 1988, p. 276). Já Ander-Egg (1995, p. 116), refere-nos que este método é um “processo pelo qual uma comunidade identifica problemas sociais, necessidades e objectivos, classifica-os,

⁸ “ (...) Passou a existir um investimento no alinhamento da acção, de acordo com os princípios orientadores do modelo social instituído” (Mouro, 2009, p. 172).

⁹ A vertente comunitária só passa a ser considerada método próprio do Serviço Social em 1962, após a confluência da organização de comunidades (desenvolvida nos anos 20 do século XX, principalmente nos EUA) com o desenvolvimento de comunidade. Lindeman (in Ander-Egg, 1995, p. 107) define organização da comunidade como uma “fase da organização social que constitui um esforço consciente da comunidade para controlar seus problemas e conseguir melhores serviços de especialistas, organizações e instituições”. É portanto, “ (...) uma questão de trabalho de coordenação intergrupala, (...) ” (Idem, *Ibidem*). A partir dos anos 50, a organização de comunidades associa-se à perspectiva de desenvolvimento económico, tendo sido difundido pelo Serviço Social Britânico de Colónias, com vista à melhoria das condições de vida dos camponeses: desenvolvimento comunitário. É então atribuída a primeira definição deste conceito pelas Nações Unidas: “um processo destinado a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa desta, e o máximo de confiança possível na sua iniciativa” (Ander-Egg, 1995, p. 113-114).

procurando encontrar recursos internos e externos para enfrentá-los e intervém, ou seja, desenvolve na comunidade atitudes cooperadoras, colaboradoras e formas de actuar”, ultrapassando-se a mera associação às formas governamentais, conferindo maior autonomia e auto-determinação às comunidades. O papel do assistente social passa pela consciencialização, organização e mobilização das comunidades. Percebe-se então um eixo fundamental do serviço social de comunidades: a democratização do poder, enfatizando-se a dimensão colectiva.

Em Portugal este método, até aos anos 70 do século XX, está associado a um processo histórico de controlo¹⁰ político e cultural dos danos sociais produzidos por um sistema político que, politicamente, desvalorizava a pauperização dos estratos da população mais carenciada, mas que, socialmente, não podiam ser ignorados. Daí a política de alianças criada com “o *filantropismo, o feminismo burguês e [as] organizações religiosas*” (Mouro, 2009, p. 135), no sentido de promover a redução desses mesmos danos sociais, ou por via assistencial, ou por via da promoção social.

Sem perder o sentido da individualização¹¹ dos problemas sociais, o Serviço Social de Comunidades, alicerçado na promoção social¹², despertou os profissionais mediante a contínua reflexão sobre as mudanças da componente teórico-metodológica da profissão, criando “*novos estilos de actuação profissional, os quais, mais organizados, correspondiam a um conjunto de novas necessidades decorrentes de uma reformulação ideológica dos mecanismos de regulação social*” (Mouro, 2001, p. 43-44). O exercício profissional da promoção social, da mesma forma que gera uma “*compreensão comprometida da realidade social (...)*”, como diz Mouro (2001, p. 44), cria, igualmente, o interesse profissional “*de contextualizar a prática profissional num ângulo de modernização da sua história*” (Idem, Ibidem). Simbolicamente, o Serviço Social adopta um cunho reformista do sistema de gestão do social consolidando, por um lado, o “*pensamento conservador em matéria de controlo social*” (Mouro, 2001, p. 45) e, por outro, confinando-se à “*figura polivalente de corpo intermédio na relação do poder com a sociedade civil*” (Idem, Ibidem)¹³.

¹⁰ Controlo pode ser directo ou mediado. Directo na medida em que visava reabilitar “*os quotidianos socialmente tumultuados*” (Mouro, 2009: 154) a partir da educação social e moral, numa lógica de proximidade. Mediado na medida em que, utilizando o “*isolamento das situações individuais consideradas perturbadoras [como estratégia], permitiam restaurar a regularidade da vida social*” (Idem, Ibidem).

¹¹ “*Concebida como um procedimento metodológico que, ao mesmo tempo que facilita a avaliação do risco representado em cada situação social, contribuiu também para a consolidação de uma política de bem-estar na sociedade industrial*” (Mouro, 2009, p. 134).

¹² “*Traduziu um traço cultural do modelo de intervenção que se distingue por ser conduzido numa linha de aproximação às realidades sociais; conceber a intervenção como um processo democrático de agir sobre a realidade concreta; actuar sobre o meio, as mentalidades e os comportamentos sociais dos mais desfavorecidos*” (Mouro, 2009, p. 125)

¹³ Isto vai ao encontro de Clara Cruz Santos (2008, p. 3) quando refere que, entre os anos 50-70, a identidade do assistente social correspondia à Identidade Promocional. No entanto, chama-nos a atenção para o facto de as “*identidades não (...) [serem] estanques. Elas coexistem no tempo e no espaço e até num mesmo profissional de acordo com os recursos e o contexto de trabalho onde se encontra inserido*” (Idem, p. 6).

Esta relação entre um exercício profissional politicamente comprometido e, um exercício profissional vinculado com a sua modernização teórico-metodológica, produz uma antítese entre o seu universo simbólico e a sua idiossincracia, tal como nos refere Mouro (2009). A divisão entre um exercício conservador e um exercício reformista do Serviço Social permitiu que, o Serviço Social Comunitário fosse praticado tendo em linha de conta, ou os seus limites ou as suas potencialidades. Do ponto de vista metodológico, ambas as correntes faziam uso do diagnóstico, não só das necessidades sentidas pelas populações abrangidas pela acção, como das necessidades identificadas pelas entidades locais, para substanciar, ideologicamente, o exercício da intervenção local.

Robertis e Pascal (1994) referem que, o Trabalho Social Colectivo¹⁴ ressurgiu em épocas de crise económica, com métodos e técnicas de dimensão colectiva, podendo-se falar em Desenvolvimento Social Local, uma vez que envolve diversos aspectos da vida social para além de considerar o sector geográfico delimitado e restrito. Neste sentido, os autores aproximam o Desenvolvimento Social Local ao conceito de Comunidade. Torna-se, assim, fundamental compreender as alterações que se têm operado no conceito de Comunidade¹⁵, bem como nas suas relações com os conceitos de Desenvolvimento e Intervenção Comunitária, para relacionarmos e reflectirmos, quer sobre a componente teórico-metodológica do Serviço Social, quer sobre o Trabalho Comunitário actual.

Segundo os mesmos autores, a conceptualização de Comunidade, além de revestir-se de uma dimensão polissémica apresenta, igualmente, uma dupla significação. Por um lado, abarca a dimensão de espaço geográfico, onde existe uma organização de vida social parcial (bairro, aldeia); por outro, envolve a qualidade das relações que se estabelecem entre as pessoas e grupos “fundadas sobre as redes abertas de ajuda mútua, pela importância das relações primárias e da família extensa e pela ausência de sociabilidade institucionalizada” (Robertis & Pascal, 1994, p. 12-13). Vieira (1988, p. 264) chega a uma tipologia de comunidade segundo vários critérios: “demográficos: (...); funcionais: (...); de localização (...); nível de desenvolvimento: (...)”. Ander-Egg (1995, p. 45) define Comunidade como “una agrupación organizada de personas que se perciben como unidad social, cuyos miembros participan de algún rasgo, interés, elemento, objetivo o función común, con conciencia de pertenencia, situados en una determinada área geográfica en la cual la pluralidad de personas interacciona más intensamente entre sí que en otro contexto”. Hoven e Nunes (1996, p. 57-58)

¹⁴ Os autores utilizam o termo “colectivo” como sinónimo de “comunitário” (Robertis & Pascal, 1994, p. 13).

¹⁵ Independentemente da perspectiva subjacente na definição do método, o conceito de Comunidade foi sofrendo alterações, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista social, daí o conceito em si ter-se fragmentado, podendo ter por base, ou um território, ou um grupo de pessoas, ou ainda a partilha de uma situação comum a um grupo (Robertis, 2011).

conceptualizam-na tendo por base duas dimensões: as “*características e experiências comuns dos seus membros, (...) [bem como os] interesses comuns que ligam entre si os membros no seu conjunto e dão a estas características um significado comum*”. Idáñez (2001, p. 27-28) refere-nos que “*una comunidad es una agregación social de personas que, en tanto que habitan en un espacio geográfico delimitado y delimitable, operan en redes estables de comunicación (...), pueden compartir equipamientos y servicios comunes, y desarrollan un sentimiento de pertenencia o identificación con algún símbolo local; y (...), pueden desempeñar funciones sociales a nivel local, de tipo económico (producción, distribución y/o consumo de bienes y servicios), de socialización, de control social, de participación social y de apoyo mutuo*”. Warner e Lunt (1941, p. 33 in Mouro, 2009, p. 107) elaboraram um conceito de comunidade mais complexo e completo onde a vertente psicológica e relacional determinam um novo sentido ao conceito: “*A comunidade encerra um certo número de pessoas com interesses, sentimentos e atitudes compartilhadas pela participação no mesmo grupo social, localizados dentro da mesma área geográfica, a qual é transformada por eles a fim de manter a vida física e social do grupo. Todos mantêm relações directas ou indirectas uns com os outros; assim sendo, as relações sociais organizam-se e é o seu conjunto que forma a estrutura social*”. Estas transformações culturais que envolveram o conceito de comunidade influenciaram, directa ou indirectamente, a destradicionalização que se operou no âmbito do Serviço Social de Comunidades, “*em consequência do processo de recontextualização do Serviço Social na sociedade do risco*” (Mouro, 2009, p. 115).

Por sua vez, compreender a relação entre Intervenção Comunitária e Desenvolvimento implica desconstruir o processo ideológico subjacente ao exercício profissional do Serviço Social de Comunidades, na medida em que, foi com a necessidade de repensar/reflectir sobre a componente teórico-metodológica do Serviço Social que o Trabalho Comunitário se desenvolveu, assumindo uma função de características terapêuticas, mediadoras ou de desenvolvimento (Mouro, 2009), a qual se pode ainda acrescentar a função de pedagogia para a cidadania e educação social. De acordo com a mesma autora, enquanto a função terapêutica do Serviço Social de Comunidades foi-se tornando, no tempo, residual, a mediadora foi, progressivamente, sendo assimilada pela vertente do desenvolvimento. Isto porque o conceito de Desenvolvimento, do ponto de vista clássico, concebido na sociedade industrial, está íntinsecamente associado à existência de assimetrias sociais e económicas, em termos de recursos sociais e económicos (Mouro, 2009, p. 90).

Na sociedade industrial o reconhecimento político das desigualdades pressupunha o exercício da regulação, consubstanciado em projectos cuja finalidade se relacionava com o combate à exclusão. Por sua vez, o combate à exclusão, pelo facto de não estar completamente associado à inclusão social, tinha como epicentro o desenvolvimento social e económico. Já na sociedade do risco, o Desenvolvimento aproxima-se mais ao controlo da

privação, à redução das vulnerabilidades que fazem perigrar a sustentabilidade económica dos indivíduos e à inclusão social.

Neste sentido, e pese embora o exercício constante de recontextualização do Serviço Social de Comunidades¹⁶, este foi um Método que, face à importância profissionalmente atribuída à conquista de um espaço na execução das políticas sociais, “sofreu” de uma relativização responsável pela sua subalternização em termos profissionais. Esta situação justifica-se pela inter-relação que se operou (*e opera?*) entre as transmutações do *ethos* do Serviço Social associado ao seu exercício conservador. Em contra-partida, as dinâmicas conducentes à regulação das assimetrias e à superação de processos de privação (de recursos ou equipamentos sociais) apesar de mantidas, recuperaram a sua importância face à outorgação da responsabilidade social, no contexto de retriangulação da relação entre Estado, Sociedade Civil e Poder Local, na Sociedade Democrática Portuguesa.

Por sua vez, o exercício da responsabilidade social, ao mesmo tempo que se fragmenta em termos políticos e se expande¹⁷ em termos sociais, é igualmente objecto de uma apropriação por parte dos Poderes Locais políticos, religiosos ou sociais. Neste sentido, o exercício do protagonismo, tendo por base a prossecução do exercício da responsabilidade social, contraria o atavismo social e gera dinâmicas, quer de renovação de Centros Sociais, quer de criação de Centros Sociais.

2. Centros Sociais: a recriação do seu paradigma

A partir de um olhar sociológico sobre o fenómeno de revitalização dos Centros Sociais na Sociedade Portuguesa, e tendo em consideração a recuperação de poderes por parte das

¹⁶ Mouro (2009, p. 117-118) diz-nos que, a Intervenção de Comunidades destradicionalizou-se, podendo actualmente assumir-se como Intervenção em Comunidade ou Intervenção Territorializada. Enquanto a Intervenção em Comunidade, comparativamente com o Serviço Social de Comunidades, apresenta semelhanças no seu objecto de intervenção, centrando-se nos aspectos sociais que estão na base da degradação do quotidiano de vida dos grupos sociais e, no objectivo, a socialização das franjas da população que são marginalizadas socialmente; distingue-se desta pelas formas sociais utilizadas visarem a inclusão social (via emancipação); os seus postulados reflectidos com base na conjugação entre necessidades reais e simbólicas; os seus princípios de gestão centrarem-se numa vertente de heterogeneidade cultural e, os procedimentos indutivos utilizados na compreensão da realidade. Já a Intervenção Territorializada assemelha-se à intervenção clássica na medida em que o seu exercício está circunscrito a barreiras geográficas; utilizam a construção da liderança para promover a participação activa e representativa, respectivamente; utiliza a individualização e o trabalho com grupos para dar consistência à acção e, fundamentam-se no desenvolvimento para legitimar a mudança. Distingue-se, por sua vez, no exercício da mobilização social que pressupõe o exercício da responsabilização cívica na construção de um modelo de desenvolvimento local; a participação é gerida na articulação das responsabilidades entre todos os agentes sociais comprometidos institucionalmente em exercer uma mudança na realidade local e, o exercício do desenvolvimento segue a linha presente no conceito de desenvolvimento integrado.

¹⁷ Perante a contracção do Estado Providência e o crescimento da Sociedade Protectora (Santos, 2002, p. 114).

entidades clássicas responsáveis pela gestão social do exercício da solidariedade, bem como da emergência de novos protagonistas no exercício local da intervenção social, considera-se que este processo permite um reatar de laços entre o passado e o presente. Pretende-se, assim, confirmar a tese sobre a relação intrínseca entre Centros Sociais e Intervenção Comunitária.

Com base numa análise de teor reflexivo pode-se considerar que, na sua origem, os Centros Sociais surgiram como forma de responder aos problemas sociais complexos, associados à emergência e legitimação da sociedade industrial, nomeadamente, as situações de pobreza decorrentes do êxodo rural acentuado, a desclivagem existente entre a oferta e procura no mercado de trabalho, a fracturação social existente, a falta de condições de higiene e habitabilidade e insalubridade nos locais de trabalho, bem como da precarização do trabalho. Assim se explica o facto de, em Londres, no ano de 1884, ter sido fundado o Centro Toynbee Hall¹⁸, o qual tinha como objectivo realizar um projecto experimental de reeducação dos hábitos e estilos de vida da população operária, da moralização dos seus comportamentos, assim como da sua ressocialização no contexto de um novo paradigma societário, isto é: a sociedade industrial. Com base na eficácia na concretização dos seus objectivos, por parte dos Centros Sociais, este modelo de instituição social, que articula educação/moralização/socialização, tornou-se num paradigma de instituição social com capacidades acrescidas no controlo dos problemas sociais, por via da mudança de comportamentos sociais, familiares e de grupo. Ao assumir-se como um novo paradigma de instituição social, que não seguia a linha clássica de prestação de caridade enveredando pelo assistencialismo, logo se replicou e multiplicou em várias regiões do mundo, nomeadamente, nos Estados Unidos da América, sob coordenação de Jane Adams em 1889, seguido de França, em 1900, tendo perdurado até o pós 2ª Guerra. Isto confirma a mudança que se operou no âmbito do paradigma de instituição social (Mouro, 2009, p. 96).

Os Centros Sociais, como novo paradigma institucional, “apostaram (...) num modelo de funcionamento organizacional de características aparentemente inovadoras”¹⁹ (*Idem, Ibidem*). Como elemento referencial e diferenciador, a localização geográfica coincidia com a concentração da população carenciada (do ponto de vista económico e social) - proximidade vital. Detinham como características fundamentais: a abertura à comunidade (tendo em consideração a sua localização estratégica junto à população); a existência de programas

¹⁸ Fundado por Samuel Barnett, padre protestante inglês, e Octavia Rouland, em colabração com Arnold Toynbee, um estudante universitário protestante (Mouro, 2009, p. 96).

¹⁹ A autora refere “aparentemente inovadoras”, na medida em que, estes centros acabam por alicerçar a sua dinâmica organizacional em experiências de municipalização de ajuda desenvolvidas anteriormente em França (*Idem, Ibidem*).

flexíveis (atendendo à multiplicidade de interesses da comunidade); a promoção de respostas sociais para a população, bem como a ressocialização da comunidade baseada na sua educação social (Mouro, 2009, p. 97). A autora refere-nos ainda que, através dos Centros Sociais foram desenvolvidos os primeiros trabalhos académicos de teor quantitativo e sociológico sobre a pobreza como meio de, objectivamente, se conhecer não só os índices de pobreza, mas também a sua localização territorial e o levantamento dos recursos sociais necessários para controlar o seu desenvolvimento em escala. Isto permitiu a redefinição das estratégias políticas e ideológicas, onde se devia sustentar a intervenção sobre o fenómeno da pobreza, não enquanto problema de dimensão económica, mas sim social. A relação de proximidade, a educação social e a moralização dos quotidianos de vida tornaram-se em processos que, não agindo directamente sobre o problema da carência económica, faziam reduzir os aspectos visíveis dessa mesma realidade, (tuberculose, sífilis, mortalidade infantil, esperança de vida muito curta, entre outros).

Neste sentido, compreende-se a criação de um vínculo estratégico bicomposto, ou seja, a utilização da individualização por um lado, e a promoção social, por outro. Se, através da individualização exercia-se, ideologicamente, um processo de desculpabilização do sistema económico pelos danos sociais produzidos pela industrialização, através da promoção social era conduzido o processo de socialização política e cultural das franjas sociais que apresentavam índices elevados de desfiliação social²⁰.

A abertura dos primeiros Centros Sociais conduziu à transformação da Comunidade num ecossistema da intervenção social. Os recursos sociais criados por via das instituições filantrópicas, de carácter religioso ou laico, tornaram-se os grandes instrumentos de luta contra a precariedade das condições de vida, de construção de redes básicas de protecção na doença e de educação (questão moral). Neste sentido, os Centros Sociais assumiram o papel de liderança na promoção das respostas às necessidades básicas das populações carenciadas. Embora esta seja uma realidade de finais do século XIX e início do século XX, onde o Estado agia mais em função dos interesses de uma economia de mercado do que das vítimas dessa mesma economia, o que se modificou actualmente não é a relação Estado/ Economia de Mercado - esta poderá ter-se reinventado - mas sim, o paradigma de Centro Social.

O Centro Social, apesar de manter uma lealdade relativamente à sua figura institucional e social, recontextualizou-se na sociedade contemporânea. Não só por força de uma nova mudança de paradigma societário, ou seja, a sociedade do risco, mas também pelo facto do

²⁰ Referido por Castel (1991) como um processo de perda de identidade produtiva e social, onde o indivíduo vive num estado de inexistência social.

exercício do poder político ter-se dispersado e assumido a intervenção social, de características comunitárias, como uma nova competência do exercício do Poder Local. Reconfigurou-se assim, quer o “habitat” da Intervenção Social Comunitária, quer os actores sociais que desenvolvem uma dinâmica de Intervenção Social de cariz local. Neste novo contexto social, os Centros Sociais deixaram de ser, exclusivamente, tutelados por organizações filantrópicas e assistenciais e passaram a ser, igualmente, tutelados por Organizações Políticas Locais.

Apesar destas mudanças, tanto ao nível da tutela dos Centros Sociais como ao nível das suas dinâmicas institucionais, que resultam de um processo endógeno de recriação assistencial, continuam a ter como universo-alvo a população mais desprotegida e carenciada e a sua actuação no meio continua a estar circunscrita a respostas sociais criadas para controlar as vulnerabilidades sociais decorrentes, quer da reprodução das desigualdades sociais, quer das assimetrias locais e sociais em termos de Desenvolvimento. Daí que, em termos do presente, se assumam como mecanismos institucionais com capacidades acrescidas para articular desenvolvimento com assistência.

A recontextualização dos Centros Sociais na sociedade contemporânea se, por um lado, pode ser analisada como o resultado de uma rearticulação com as novas dinâmicas de intervenção política, económica, social e cultural, por outro, pode igualmente ser considerada como circunstancial, o que gera uma reflexão sobre a Intervenção Comunitária no plural e no singular.

Uma análise no plural permite-nos considerar que, o facto de os Centros Sociais se terem reposicionado, institucionalmente, no âmbito da gestão das assimetrias e desigualdades sociais e considerarem que, o cumprimento da sua missão passa por um papel activo ao nível da Intervenção Comunitária, o certo é que, à Intervenção Comunitária²¹ não está expressamente acoplado o Serviço Social de Comunidades. Já uma análise no singular, se por um lado pode contrariar esta mesma teoria, por outro pode conduzir a uma reflexão sobre se, no contexto actual, a Intervenção Comunitária tem, ou não, pontos de grande convergência com o Serviço Social de Comunidades, ou ainda se, a Intervenção Comunitária

²¹ De acordo com Mendieta, Martins e Espigares (2006), a Intervenção Comunitária tem como finalidade a mudança, no sentido de manter o equilíbrio, a partir da promoção da qualidade de vida e da redução dos problemas sociais, numa perspectiva positiva de intervenção participativa. A sua essência reside na busca do bem-estar comunitário, actuando no âmbito da prevenção, da resolução dos problemas e, do desenvolvimento dos sistemas sociais; o seu funcionamento envolve equipas interdisciplinares, sendo função do interventor social a mediação, cuja base sustenta-se na negociação democrática, ressaltando aspectos da consulta, ajuda e aconselhamento. Por fim, toda a intervenção é perspectivada num alcance sistémico, enfatizando-se o conjunto de relações sociais que lhe estão inerentes.

desenvolvida pode ser entendida como um processo de destradicionalização do Serviço Social Comunitário.

Esta atitude reflexiva e, simultaneamente, problematizadora e interrogativa, da mesma forma que desenvolve expectativas relativamente ao conhecimento sistematizado do processo de recriação da Intervenção Comunitária, também abre espaço para que se possa *compreender as alterações que se foram operando nas dinâmicas próprias da Intervenção Comunitária*. Assim se justifica o estudo de caso dos Centros Sociais Municipais de Santana, cuja intervenção é de âmbito comunitário.

Capítulo II – Estudo Empírico

1. Estudo de Caso: Centros Sociais Municipais de Santana

Como meio de compreender as alterações que se foram processando ao nível da Intervenção Comunitária, foram seleccionados os Centros Sociais Municipais de Santana, num total de quatro centros²², distribuídos por três, das seis freguesias do Concelho²³, situado na Costa Norte da Região Autónoma da Madeira (RAM).

Santana é o concelho da RAM que apresenta maiores índices de envelhecimento (Plano Gerontológico da RAM, 2009, p. 36), bem como o maior decréscimo em relação à população residente, agravado pelos processos emigratórios (Relatório dos Resultados Preliminares dos Censos 2011). Simultaneamente, é um dos concelhos com maior número de idosos isolados e maiores índices de dependência (Plano Gerontológico da RAM, 2009, p. 36-39). Relativamente ao desenvolvimento económico, este baseia-se, fundamentalmente, no turismo e na agricultura, o que, juntando o facto de, durante vários anos ter-se encontrado relativamente isolada do resto da Ilha, pelas suas características orográficas, confere-lhe um conjunto de características peculiares e interessantes que influenciaram (e influenciam) toda a dinâmica sociocultural, nomeadamente, a própria intervenção social profissional e, de forma particular, a Intervenção Comunitária.

Para responder, por um lado, à perda ou fragilidade do suporte informal e, por outro, às “indefinições” dos suportes formais, nomeadamente, ao agravamento da crise económica e financeira que se repercute directamente na diminuição do apoio social às populações, Santana tem vindo a apostar na Intervenção Social Comunitária como forma de proporcionar

²² Centro Social Municipal do Lombo de Cima (Faial), Centro Social Municipal da Corujeira (Faial), Centro Social Municipal da Silveira (Santana) e Centro Social Municipal da Ribeira Funda (S. Jorge).

²³ Faial, S. Roque do Faial, Santana, Ilha, S. Jorge e Arco de S. Jorge, numa área total de 93.10 km².

à população uma melhoria da sua qualidade de vida²⁴. Para tal abriram-se quatro Centros Sociais, cujos objectivos traçados visam, principalmente, “prevenir o isolamento, através da promoção de relações interpessoais, interinstitucionais e intergeracionais; proporcionar momentos de convívio e lazer através de actividades ocupacionais; contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia e contribuir para a promoção integral de toda a comunidade”, sendo então os Centros Sociais Municipais de Santana “uma resposta social, que tenta incrementar o conceito de intergeracionalidade, os valores de voluntariado, cidadania, cultura, educação e desporto”²⁵. Esta iniciativa surgiu após vários contactos com a população, por parte da profissional de Serviço Social²⁶ que exercia funções na Associação Santana Cidade Solidária (ASCS)²⁷, como tentativa de resposta a um dos maiores problemas sociais do Concelho: o isolamento social. Desta forma, os Centros Sociais Municipais de Santana são, maioritariamente, frequentados por idosos com baixos rendimentos económicos, visto auferirem pensões de reforma como agricultores, e cujo quotidiano de vida cingia-se a ficar em casa, sem companhia.

Os centros encontram-se sob coordenação da ASCS, no entanto, as entidades gerentes são elementos autárquicos, nomeadamente, casas do povo das freguesias correspondentes. A Câmara Municipal, hierarquicamente, detém a posição suprema na tomada de decisão.

Fazendo um paralelismo entre os Centros Sociais que surgiram nos finais do século XIX, percebe-se alguns pontos de convergência e de divergência, relativamente aos Centros Sociais Municipais de Santana.

O Concelho de Santana tem vindo a ser fustigado pelos fenómenos de emigração, intensificando o isolamento e solidão social, gerando incertezas nas formas de actuação mais adequadas por parte dos interventores sociais. Ora, tal como aconteceu nos primeiros Centros Sociais com o fenómeno da pobreza e, posteriormente, com a vaga de emigração europeia para os EUA e a população vítima da 1ª Grande Guerra, a actuação adoptada pauta-se pela confluência da promoção social com a individualização, tendo sempre por base os recursos existentes, seja promovendo-os ou activando-os. No caso de Santana, um dos recursos activados diz respeito à transformação de escolas primárias encerradas (por consequência da

²⁴ Direito conquistado e não benefício atribuído, implica três áreas estruturantes, alinhadas com os quadrantes da qualidade social: “o bem-estar físico e material (...); a autodeterminação e desenvolvimento pessoal (...); [e os] direitos cívicos (...)” (Capucha, 2010, p. 40).

²⁵ Entrevista efectuada à coordenadora dos Centros Sociais. Devido a mudanças recentes na coordenação dos Centros Sociais, não foi possível o acesso ao regulamento interno dos centros, pelo que, a informação formalizada dos mesmos ainda não está disponível.

²⁶ Dr^a Cristina Menezes, licenciada em Serviço Social pelo ISMT.

²⁷ A Associação Santana Cidade Solidária (ASCS) surgiu a 10 de Julho de 2002. De direito privado e dotada de personalidade jurídica sem fins lucrativos emergindo da sociedade civil, é uma Instituição que tem como principal objectivo a promoção dos diferentes grupos etários da população das freguesias do Concelho de Santana, no que concerne aos aspectos sociais, económicos, culturais e desportivos.

diminuição populacional jovem) em Centros Sociais Municipais. Aqui, as actividades desenvolvidas visam o convívio entre os idosos, através de actividades lúdico-recreativas, de acordo com a calendarização das festividades do concelho, bem como o fortalecimento das redes de suporte informal pela consciencialização colectiva dos problemas associados ao processo de envelhecimento. Percebe-se assim, a continuidade do vínculo estratégico bicomposto característico do século XIX que incorpora, quer o eixo promocional quer o eixo assistencialista²⁸. No entanto, e como resultado da modernização social e política, estes centros, embora apresentem relações com a Igreja, encontram-se mais directamente associadas ao Poder Local, legitimando assim, o papel controlador e regulador que os interventores sociais continuam a desempenhar.

Verifica-se então que, Santana tem vindo a apostar numa intervenção de âmbito comunitário, tendo em consideração os recursos existentes, a dimensão dos problemas apresentados e a actual conjuntura social, política, económica e financeira. No entanto, *que paralelismo existe entre a intervenção de âmbito comunitário desenvolvida nos Centros Sociais Municipais de Santana e a Intervenção Comunitária? Relativamente ao Serviço Social, que relação se estabelece entre a intervenção de âmbito comunitário desenvolvido em Santana e o Serviço Social de Comunidades? Qual o protagonismo dos interventores sociais que desempenham funções em Santana, bem como da população com quem interagem?*

2. Trajectória de pesquisa: metodologia, técnicas e estratégia utilizadas

Para responder de forma fidedigna às questões que foram surgindo ao longo da investigação, torna-se fundamental compreender a relação e as dinâmicas intrínsecas ao processo de intervenção de âmbito comunitário desenvolvido em Santana.

De forma sucinta, as linhas mestras de orientação da pesquisa, sistematizadas no quadro (1), incluíram:

²⁸O modelo de intervenção social do século XIX pretendeu “recolocar no espaço de acção um processo de ajuda social que se particularizava por reverter o exercício institucional da caridade num processo sistematizado e racionalizado” (Mouro, 2009, p. 129).

Quadro 1 – *Questão e objectivos de pesquisa*

Questão de pesquisa	<i>Que relação se configura entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária, no concelho de Santana?</i>	
	Geral	<i>Identificar a tipologia de Intervenção Comunitária praticada nos Centros Sociais Municipais de Santana</i>
Objectivos de pesquisa	Especificos	<p><i>I. Analisar a organização dos Centros Sociais</i></p> <p><i>II. Conhecer e classificar, em termos de planeamento das actividades, os modelos, as estratégias e as técnicas adoptadas pelos Centros Sociais</i></p> <p><i>III. Analisar, identificar e conhecer, nas práticas desenvolvidas, os níveis de participação e auto-determinação da população</i></p>

Sendo o Serviço Social uma profissão de relação (Granja, 2008, p. 70), quer com os utentes, quer com outros profissionais, quer individualmente, as perspectivas e formas de estar na vida dos sujeitos com quem interactuamos são fundamentais para compreender a (s) prática (s) adoptada por cada um dos profissionais. Assim, a grounded theory²⁹, como metodologia adoptada, ganhou toda a legitimidade, na medida em que permitiu o contacto directo e constante com a população em estudo, vivenciando os quotidianos de vida dos Centros Sociais e as suas dinâmicas, a partir de uma perspectiva interna. A natureza dinâmica e processual desta metodologia, bem como a valorização das condições contextuais em que o fenómeno ocorre e a centralização no (s) seu (s) significado (s) – subjectividade - permitiu, mais do que a descrição, a interpretação reflexiva dos dados recolhidos, promovendo a construção de um conhecimento próprio da realidade em estudo, ao invés da sua verificação. As técnicas utilizadas incluíram a entrevista compreensiva³⁰ em profundidade às quatro

²⁹ “They mean theory that was derived from data, systematically gathered and analyzed through the research process. In this method, data collection, analysis, and eventual theory stand in close relationship to one another. A researcher does not begin a project with a preconceived theory in mind (unless his or her purpose is to elaborate and extend existing theory). Rather, the researcher begins with an area of study and allows the theory to emerge from the data. Theory derived from data is more likely to resemble the «reality» than is theory derived from putting together series of concepts based on experience of solely through speculation (how one thinks things ought to work). Grounded theories, because they are drawn from data, are likely to offer insight, enhance understanding, and provide a meaningful guide to action” (Strauss e Corbin, 1998, p. 12).

³⁰ Guerra (2006, p. 18) fala-nos de entrevistas compreensivas quando “ (...) os sujeitos tomam o estatuto de informadores privilegiados, (...), o investigador perde o controlo da relação, necessariamente de poder, que lhe dá o facto de ser o único que controla o saber, pois o saber que agora interessa está no personagem a entrevistar”.

técnicas dos Centros Sociais, bem como à coordenadora; a análise documental³¹ disponibilizada, quer pelos Centros Sociais Municipais, quer pela coordenadora, e a observação directa ou qualitativa³² das actividades desenvolvidas pelos centros, bem como das dinâmicas prévias, simultâneas e/ou consecutivas às mesmas. A estratégia privilegiou o estudo de caso visto, por um lado, o fenómeno de investigação – Intervenção Comunitária em Santana – nunca ter sido sistematizado e, por outro, pela complexidade inerente ao conjunto de relações sociais que se criam e desenvolvem em todo o processo, através de um estudo de proximidade, in loco, atento e sensível (Yin, 1994).

O tratamento dos dados recolhidos privilegiou a codificação aberta, que consiste na “decomposição, análise, comparação, conceptualização e categorização dos dados” (Strauss e Corbin, 1990, p. 61 in Fernandes & Maia, 2001, p. 56), ocorrendo “numa alternância de dois processos: fazer questões e fazer comparações” (Idem, *Ibidem*). É importante referenciar que, a reflexividade³³ acompanhou todo este processo permitindo o melhor aprofundamento e análise da relação entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária.

3. Discussão dos Dados

Alicerçada no método da comparação constante entre os dados recolhidos e o aprofundamento teórico efectuado, sob uma constante reflexão crítica, podemos enunciar dois eixos de análise que se apresentam como pertinentes para o estudo:

⊗ A relação estabelecida entre Centro Social e Intervenção Comunitária, sendo este o eixo que se afigura como fundamento da investigação;

A relação estabelecida entre Intervenção Comunitária e Serviço Social de Comunidades.

³¹ Inclui “ (...) entrevistas, observações e consulta de documentos diversos [que] coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório. Nos três casos, os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr e olhar sem se obstinar sobre uma única pista, ouvir à sua volta sem se contentar com uma só mensagem, aprender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado” (Quivy & Champenhoudt, 1992, p. 81).

³² Visa explorar e descrever os ambientes em estudo (Sampieri et al., 2006, p. 384). Os seus “ (...) objetivos são: explorar ambientes, contextos, subculturas e a maioria dos aspectos da vida social; descrever comunidades, contextos ou ambientes e as actividades que se desenvolvem neles, as pessoas que participam em tais actividades e os significados das actividades; compreender processos, inter-relações entre pessoas e as suas situações ou circunstâncias e eventos que ocorrem com o tempo, (...); identificar problemas e gerar hipóteses para futuros estudos” (Sampieri et al., 2006, p. 383).

³³ Para Giddens (2002, p. 27), a reflexividade “consiste no facto das práticas sociais serem constantemente examinadas e reformadas à luz da informação adquirida sobre essas mesmas práticas, alterando assim, constitutivamente o seu carácter”. Neste estudo, pretendo utilizar este conceito em relação à informação adquirida em contexto de investigação.

Neste sentido, e para uma compreensão de âmbito holístico dos dados, é de referir que, a sua discussão segue uma linha reflexiva, de inter-relação e complementaridade entre os eixos e, sempre que se apresente como necessário, a incorporação de outros.

No quadro de reflexão desenvolvido em torno da informação recolhida e, tomando como elemento de referência a questão de pesquisa: *Que relação se configura entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária no Concelho de Santana?* Utilizou-se, para a desconstrução desta questão, o conhecimento teórico sobre a Intervenção Comunitária e os Centros Sociais, bem como a informação recolhida por via das entrevistas compreensivas em profundidade. Elaborou-se então o quadro (2) com a finalidade de encontrar pontos convergentes e divergentes, que permitisse descortinar as singularidades de que se revestem os Centros Sociais Municipais de Santana. Para o efeito, realizou-se um processo sistematizado de comparação entre Intervenção Comunitária (como é percebida e trabalhada actualmente), os Centros Sociais (como paradigmas institucionais do século XIX), e os Centros Sociais Municipais de Santana, em pleno século XXI.

Quadro 2 – *Características identificativas dos três espaços de intervenção*

	Intervenção Comunitária	Centros Sociais	Centros Sociais Municipais de Santana
Universo-alvo	Organizações representativas da população com uma “demanda” colectiva	População desprotegida e carenciada do ponto de vista sócio-económico	População desprotegida e carenciada do ponto de vista sócio-económico e afectivo
Finalidade	Consciencialização e implicação do maior número de pessoas em todo o processo de resposta às “demandas” colectivas, com vista à mudança	Redução dos processos de exclusão, perspectivando a mudança	Redução dos processos de exclusão, com vista à atenuação das consequências dos fenómenos/problemas sociais
Objectivos	- Promoção da qualidade de vida - Redução dos problemas sociais (perspectiva positiva de intervenção participativa)	Socialização de franjas da população que são socialmente marginalizadas	Socialização de franjas da população que são socialmente marginalizadas, promovendo uma melhoria nas condições de vida “física”
Localização	Acessível à população	Acessível à população	Acessível à população
Organização	Baseado numa democracia participativa	Baseado numa democracia “representativo-participativa”	Baseado numa democracia “representativo-passiva”

Com base neste processo comparativo, tornou-se possível identificar que o universo-alvo da Intervenção Comunitária diz respeito a organizações sociais representativas da população com uma “*demanda*” colectiva (Marchioni, 2006, p. 216), seja ela socio-económica, política ou afectiva. Nos Centros Sociais, a actuação profissional destinava-se à população mais desprotegida e carenciada do ponto de vista sócio-económico, enquanto nos Centros Sociais Municipais de Santana, a população, além deste tipo de necessidades, poderá também apresentar carências afectivas³⁴, notando-se já uma aproximação à Intervenção Comunitária, mas sem se desligar do modelo dos Centros Sociais tradicionais.

A finalidade de intervenção, é diferenciada entre os três: na Intervenção Comunitária, há um trabalho em prol da consciencialização e implicação do maior número de pessoas em todo o processo de resposta às “demandas” colectivas, com vista à **mudança**, na perspectiva das suas causas. Nos Centros Sociais, pretendia-se a redução dos processos de exclusão, perspectivando a **mudança** a partir das suas consequências. Já no contexto em estudo, o trabalho efectuado visa a atenuação da visibilidade das consequências dos fenómenos/problemas sociais, ou seja, há um trabalho em prol de uma “mudança-placebo”. Surge então a questão: *porque não há um trabalho que perspetive a mudança? Será resultado do posicionamento neutro do (s) profissional (ais) – perspectiva endógena - ou de um conjunto de tensões que enredam o fazer profissional – perspectiva exógena?*

Neste sentido, os objectivos de intervenção são, também eles, diferenciados. Na Intervenção Comunitária, um trabalho para a promoção da qualidade de vida tem subjacente a componente prospectiva da intervenção em inter-relação com a preventiva. Nas situações já instaladas, pretende-se a redução dos problemas/danos sociais, numa perspectiva positiva de intervenção, ou seja, todo o processo é co-construído com a população, valorizando, activando e promovendo as suas potencialidades, numa trajectória de autonomização. Nos Centros Sociais, tal como em Santana, objectiva-se a socialização das franjas populacionais socialmente marginalizadas, sendo que, no contexto em estudo, trabalha-se na promoção das condições de vida, essencialmente, “física”. Esta socialização remete-nos, no caso dos Centros Sociais, para a moralização dos quotidianos, enquanto no contexto de investigação, direcciona-nos para a manutenção da coesão social, numa óptica de normalização e controlo.

³⁴ Referenciado pelas profissionais aquando das entrevistas, quando enunciaram alguns dos objectivos dos Centros Sociais Municipais, nomeadamente, o combate ao isolamento e solidão social.

A sua localização é idêntica aos três contextos, próxima da população, mantendo-se assim, o conceito de proximidade vital que caracterizou os primeiros tipos de intervenção do Serviço Social enquanto profissão.

Relativamente à sua organização, esta é decorrente dos aspectos supra-referidos. No caso da Intervenção Comunitária, esta baseia-se numa democracia participativa transformando-se todos os implicados em sujeitos activos do processo, onde a horizontalidade, quer do discurso, quer do poder é (pretende ser) constante. Nos Centros Sociais, a organização centrava-se numa democracia “representativo-participativa”, havendo um trabalho de articulação fecundo entre os interventores sociais e os líderes da população, que se faziam representar pelo mesmo. No entanto, o interventor social acaba por deter um poder atribuído, quer por parte da instituição, quer pela população, que acentua algumas “nuances” à horizontalidade do discurso e do poder. Em Santana, os Centros Sociais Municipais assentam numa democracia “representativo-passiva” na medida em que, quer o planeamento das actividades³⁵, quer a comunicação³⁶, quer o poder, são centralizados. ***Não será esta constatação um antagonismo?*** Antes de mais, é importante percebermos a organização institucional, sendo para tal imprescindível considerar a dicotomia Estado/Sociedade Civil, ao longo da era da Globalização³⁷, uma vez que, é sobre esta que se enforma o espaço institucional. Portugal, pelas características particulares de país do Sul da Europa³⁸, faz com que a sua trajectória no âmbito das instituições seja peculiar e, por consequência, a Intervenção Social desenvolvida. Neste sentido, analisa-se no quadro (3), a relação entre interventor social e instituição/Centro Social, como forma de compreender a organização e a dinâmica institucional³⁹.

³⁵ “O planeamento das actividades? Ah...isso é feito pela coordenação...depois desenvolvemos aqui...por exemplo...agora vem o Natal...temos a Festa de Natal...a ExpoNatal...enfim...temos que preparar-nos para isso...” (entrevistada D).

³⁶ “A comunicação entre os centros é pouca...há a preocupação de mostrar mais e melhor trabalho...” (entrevistada A).

³⁷ Aprofundado no livro *O Mundo na Era da Globalização*, de Anthony Giddens (2000).

³⁸ Santos e Ferreira (2005, p. 191) referem que, os países do Sul da Europa apresentam características que aumentam a sua vulnerabilidade, nomeadamente: o desenvolvimento desigual do capitalismo (polarizações), estados débeis e com fracos recursos, pouca maturidade institucional e administrativa, forte tradição centralista fruto de períodos ditatoriais longos, forte presença da religião (católica) e o Estado com uma função meramente supletiva e tutelar.

³⁹ Salienta-se o facto de, compararmos o contexto em estudo, localizado na RAM, Portugal, com Centros Sociais e instituições de Intervenção Comunitária, que se localizam ou localizaram, quer em âmbitos geográficos, quer em contextos espaço-temporais diferentes.

Quadro 3 – *Características identificativas da dinâmica institucional nos três espaços de intervenção*

		Intervenção Comunitária	Centro social	Contexto em estudo: Santana
Funcionamento das equipas		Interdisciplinares	Multidisciplinares	Individualizado em cada Centro Social Municipal
Comunicação		Aberta	Aberta	Fechada
Poder		Descentralizado	Descentralizado	Centralizado
Envolvimento da população/comunidade		Total	Parcial	Parcial
Relações sociais e humanas		Democratização	Democratização	(Tentativa de) Democratização

O funcionamento das equipas, já nos primeiros Centros Sociais, desenvolvia-se de acordo com uma equipa multidisciplinar, que incluía desde padres, religiosas, matemáticos, universitários, voluntários, entre outros, que se justificaram no contexto da emergência da profissão⁴⁰. Actualmente, o funcionamento em equipas interdisciplinares caracterizam as instituições que desenvolvem Intervenção Comunitária, sendo exemplo disso as “*Equipas Comunitárias*”, de que nos fala Marchioni (2006), que incluem profissionais de áreas distintas, os interventores sociais, que aprofundam o conhecimento sistematizado neste âmbito. Contrariamente, em Santana, não existem equipas de trabalho, uma vez que, as profissionais trabalham individualmente, em cada um dos centros, assumindo funções diversificadas, quer da sua competência, ou não. A comunicação, ao invés do que acontece nos outros dois tipos de instituição é fechada e o poder centralizado pelo que, a autonomia das profissionais fica comprometida. Depreende-se que, o envolvimento da população seja parcial. No entanto, as profissionais trabalham numa tentativa de democratizar as relações sociais e humanas⁴¹ dos Centros Sociais Municipais, sendo este um trabalho que se afigura complexo, mas não impossível. Justifica-se, assim, o facto de a organização institucional assentar numa democracia representativo-passiva, fruto, por um lado, das transformações do *ethos* profissional e, por outro, das tensões que circundam o fazer profissional. ***De que forma?***

⁴⁰ Para melhor compreensão das fases do Serviço Social, ver o texto de Helena Mouro, intitulado “Um Século de Existência”, em Mouro, Helena. & Simões, Dulce. (2001). *100 Anos do Serviço Social*. (pp.27-58). Coimbra: Quarteto Editora.

⁴¹ “*Tento ver o que eles querem...e claro, o tempo que temos disponível e a calendarização das actividades dada pela coordenação*” (Entrevistada A). “*Muitas vezes surgem alguns conflitos...já se sabe...então, sentamos na mesa, todos juntos, e conversamos...é claro que alguém sai sempre menos contente...mas tem de ser...temos de aprender a aceitar a opinião dos outros...*” (Entrevistada B).

A RAM estando inserida, como território integrado, num país do Sul da Europa, apresenta características acentuadas, nomeadamente de “*particularismo, nepotismo [e] corrupção*” (Santos, 2002, p. 116), tal como foi comprovado pelas avaliações recentes da Troika no nosso país. Considerando que, o exercício de intervenção surgiu, principalmente, como forma de responder a uma necessidade política mais do que responder a uma necessidade de desenvolver valores de solidariedade, percebe-se quando Mouro (2009, p. 118) refere que, a Intervenção Social é uma dinâmica que emergiu na sociedade civil, sob a forma de ajuda social, tendo sido posteriormente absorvido pelo poder político, “*transformando-se num artefacto social com capacidade de converter a intervenção política numa prática social e vice-versa*”. Neste sentido, a prática profissional desenvolvida no contexto de investigação assenta numa actuação focalizada nos quotidianos, numa óptica de controlo e regulação das vulnerabilidades sentidas e, principalmente, percebidas. Desenvolve-se então um exercício integrador de características assistenciais, acoplado a um exercício executor de características mediadoras (Mouro, 2009), como forma de contornar as tensões quer exógenas (sistema político e institucional⁴²), quer endógenas, sentidas no quotidiano profissional. Para tal inclui, como principais estratégias de actuação, o controlo e a mediação⁴³, num eixo normalizador. Ora, ***ao perceber as características de actuação em Santana e as dinâmicas institucionais, será que podemos falar em Intervenção Comunitária no contexto de investigação?***

Considera-se que, a situação particular de Santana é um exemplo vivo de como o Serviço Social de Comunidades destradicionalizou-se sendo que, no contexto específico, **aproximou-se** da Intervenção em Comunidades, dado que, por um lado:

- Mantém como objecto de intervenção os aspectos sociais que estão na base da degradação dos quotidianos da população – no caso em particular, as situações de isolamento e solidão social associadas, maioritariamente, a fortes carências sócio-económicas -, e como objectivo, a socialização desta mesma franja da população – a partir de uma atitude reguladora por parte das instâncias políticas, estando os interventores sociais a desempenhar um papel de mediação e controlo associada ao assistencialismo - mostrando-nos a “ligação” com o passado.

- Por outro, nos postulados subjacentes à definição das suas necessidades, na medida em que assenta na reflexão conjugada entre necessidades reais e simbólicas e, nos procedimentos utilizados na compreensão da realidade, a partir de características indutivas, efectuando um

⁴² Tornando a acção profissional “*contingente, quer no seio das políticas, das relações sociais e [de] poderes instáveis*” (Granja, 2008, p. 29).

⁴³ Na medida em que procura espaços de autonomia nos contextos relacionais e sociais, tentando encontrar a melhor forma de actuação profissional, dentro do conjunto de interesses inerentes ao mesmo (*Idem*, p. 56).

salto qualitativo relativamente ao método tradicional. No entanto, os princípios de gestão assentam, ainda, numa homogeneização cultural, fruto, quer da recontextualização cultural do Serviço Social na RAM e, especificamente, em Santana, quer da recontextualização das instituições⁴⁴ onde os profissionais estão inseridos, quer da recontextualização do sistema político ao longo dos anos.

Retomando agora a questão de pesquisa e, após a reflexão de alguns ítems que se tornaram pertinentes e esclarecedores, conclui-se que, efectivamente, há uma relação intrínseca entre Centros Sociais e Intervenção Comunitária sendo que, em Santana, esta relação estabelece-se entre Centros Sociais Municipais e Intervenção em comunidade.

Os Centros Sociais, desde os seus primórdios, assentaram num paradigma de intervenção diferente e diferenciador, unindo esforços e activando sinergias comunitárias como forma de, no fundo, manter a coesão e a estabilidade social. Permitiram o enraizamento de formas democráticas investindo nas potencialidades do colectivo aquando da concretização dos projectos conjuntamente delineados. Acreditamos que, os Centros Sociais permitiram o salto qualitativo no âmbito da profissão, sem contudo se desprender do seu passado.

A adopção, por parte do Estado, de um papel de regulador social nos países europeus, incluindo Portugal, subalternizou a dimensão colectiva da intervenção, enfatizando a individual, numa lógica de responsabilização individual da situação-problema. Neste sentido, as transformações do *ethos* profissional decorreram, também, do investimento no método individual e na legitimação de um papel de controlo e mediação num eixo normalizador da intervenção (Mouro, 2009), dentro de um sistema político de bem-estar.

A passagem para a sociedade do risco e o “*desenvolvimento da nova questão social*” (Mouro, 2009, p. 432) exigiu à profissão um repensar da intervenção social, levando a que esta “*adaptasse, não só os propósitos, mas sim os modelos de actuação, às necessidades criadas pelas políticas de harmonização social*” (*Idem, Ibidem*). Obviamente que, esta “*adaptação*” foi (e continua a ser) feita de forma contextualizada. Deste modo, a relação entre os Assistentes Sociais e a Intervenção Comunitária constrói-se dentro dos vários âmbitos contextuais que enformam a Intervenção Social do Assistente Social, desde o nível micro ao macro social⁴⁵.

⁴⁴ Que, segundo Giddens (2000, p. 28-29), não acompanham a “*velocidade*” das transformações globais que se operam com o decorrer da Globalização: “*é indispensável repensar as instituições actuais; reajustá-las às novas demandas existentes ou construir novas*”.

⁴⁵ Cujos campos de actuação vão desde a família no nível micro, passando para dependências a nível meso e, envolvendo no nível macro, a acção social, a violência, o meio ambiente e o isolamento (Mouro, 2009, p. 463).

A actual conjuntura de crise mundial faz “ressurgir”, no nosso País, o paradigma de Intervenção Comunitária, como resposta às profundas alterações que se fazem sentir no papel regulador do Estado. No entanto, esta tem de estar ajustada às realidades sociais, económicas, políticas e culturais locais, respondendo de forma adequada às necessidades sentidas e constatadas. Percebe-se assim o porquê de, em Santana, o trabalho desenvolvido nos Centros Sociais aproximar-se à Intervenção em Comunidade. É este tipo de intervenção que, efectivamente configura-se como mais viável e exequível, na medida em que, atende às especificidades sociais, económicas, políticas e culturais locais, respondendo de forma mais eficaz possível às necessidades sentidas e constatadas da comunidade local.

Assim, face aos argumentos anteriores, podemos afirmar que, a Intervenção Comunitária em Santana desenvolve-se mediante um paradigma clássico, com alterações pontuais de ajustamento às dinâmicas instituídas, que se afiguram necessárias à prática profissional.

Síntese Conclusiva

Um trabalho de investigação, mais do que encontrar respostas, afigura-se como um instrumento reflexivo-analítico e propositivo, do tema em estudo, permitindo não só a compreensão dos fenómenos e relações sociais, como também, (possíveis) futuros eixos de investigação. Tendo presente os eixos de análise centrais desta dissertação:

- A relação **intrínseca** entre os Centros Sociais e a Intervenção Comunitária;
- A relação entre Intervenção Comunitária e Serviço Social de Comunidades, **não estando a segunda necessariamente acoplada à primeira;**
- A trajectória que se desenvolveu no âmbito da Intervenção Comunitária, no Concelho de Santana, ou seja, **compreender se esta é, ou não, fruto de um processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades;**

Importa salientar os aspectos fulcrais de cada eixo, interrelacionando-os, sempre numa atitude reflexiva, interrogativa e problematizadora:

- Ao analisarmos a profissão de Serviço Social, a partir de um foco global, percebe-se que, a sua emergência radica de Intervenções Comunitárias, sediadas em Centros Sociais, onde, a partir de uma intervenção bicomposta, ou seja, alicerçada na promoção social e na individualização, procuravam responder aos problemas sociais complexos associados a processos de pobreza. Verificou-se que, efectivamente, estas instituições recontextualizaram-se, no âmbito da sociedade do risco, mantendo contudo a população-alvo: população mais desprotegida e carenciada. Se outrora a intervenção desenvolvida era por via de projectos de educação social da população operária, hoje, a sua actuação no meio é conduzida por via de

respostas sociais criadas para controlar as vulnerabilidades sociais decorrentes, quer das desigualdades, quer das assimetrias locais e sociais em termos de desenvolvimento. Centralizando a análise no contexto nacional e, de forma concreta, no contexto de investigação, verifica-se que o Serviço Social, como profissão, investiu na componente individual de intervenção, por intermédio das políticas sociais, como resposta à recriação da fisionomia política do papel do Estado no pós-25 de Abril, assumindo-se este, como um Estado de Protecção, alicerçado na defesa do bem-estar e da igualdade de oportunidades. Neste sentido, a Intervenção Comunitária, embora subalternizada sobreviveu, criando uma relação sintonizada com as finalidades do processo de legitimação política do controlo social. Pela forte vinculação ao Estado (e à Igreja), os Centros Sociais são, principalmente, instituições municipais ou religiosas, que **continuam a manter uma relação intrínseca** com a Intervenção Comunitária, embora esta acabe por ser desenvolvida no âmbito dos seus limites. Ou seja, a antítese que se cria no âmbito do exercício profissional, podendo este estar comprometido politicamente, por via do controlo, ou comprometido com a modernização teórico-metodológica da profissão, por via da regulação-emancipação, acaba por se dissolver no contexto de estudo, visto a grande centralização do poder que limita e delimita a prática profissional. Justifica-se assim o facto dos Centros Sociais serem mecanismos institucionais com capacidades acrescidas para articular desenvolvimento com assistência, embora com ponderações diferenciadas. *Podemos afirmar que, a relação entre Centros Sociais e Intervenção Comunitária será, tão mais intrínseca, quanto menor a componente assistencialista do exercício profissional? Ou efectivamente, a relação entre ambos é intrínseca na medida em que articula desenvolvimento e assistencialismo, de forma diferenciada no decorrer da intervenção social desenvolvida?*

- Embora o Serviço Social de Comunidades só tenha sido conceptualizado em 1962, o certo é que este era já praticado desde os finais do século XIX, pese embora a grande componente intuitiva nas práticas desenvolvidas. As transformações sociais, económicas, políticas, financeiras e culturais, que se operaram na transição da sociedade industrial para a sociedade do risco, comportaram uma recontextualização no âmbito das práticas profissionais do Assistente Social: processo de destradicionalização. No entanto, o processo de destradicionalização do exercício profissional tem de ser analisado no espaço e no tempo. Entende-se, após o tratamento, análise e reflexão das informações recolhidas que, embora à Intervenção Comunitária não esteja, necessariamente, acoplado o Serviço Social de Comunidades, estes apresentam pontos de convergência e divergência, considerando o espaço geopolítico e sociocultural analisado. Ou seja, é no Serviço Social de Comunidades que se

encontram os pilares que enformam toda a Intervenção Comunitária, nomeadamente, o conceito de proximidade vital e de democratização do poder.

- Os Centros Sociais Municipais de Santana demonstram que, à Intervenção Comunitária não se encontra expressamente acoplado o Serviço Social de Comunidades, no entanto, não há uma ruptura total com o mesmo em termos de metodologia de intervenção. As particularidades geopolíticas e socioculturais do contexto em estudo permitem afirmar que, a Intervenção Comunitária em Santana, é fruto de um processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades, **aproximando-se** da Intervenção em Comunidade. No âmbito das práticas profissionais, percebe-se as características pluralistas das mesmas na medida que, envolve um conjunto de técnicos superiores, de diversas áreas profissionais, que partilham um conjunto de competências “hibridizadas” e de estratégias profissionais que extrapolam o Serviço Social de Comunidades, como método próprio do Serviço Social. No entanto, a razão última da intervenção mantém-se: manutenção do controlo social por via da regulação social. Considera-se que, um olhar mais atento permite a desconstrução e o desvendar de particularidades entre a relação Serviço Social, Centros Sociais e Intervenção Comunitária no contexto em estudo na medida em que, a cultura institucional dos Centros Sociais associada ao poder político, na sua essência, mantém-se; as transformações do *ethos* profissional configuram-se num exercício integrador de características assistenciais, acoplado a um exercício executor de características mediadoras o que comporta, neste contexto, o desenvolvimento de uma actuação de âmbito comunitário, de características pluralistas.

No entanto, esta ligação com o método tradicional não deve ser percebida como uma “estagnação” no desenvolvimento da Intervenção Comunitária. Efectivamente, toda a intervenção social tem de ser contextualizada, o que, em Santana se configura numa actuação de características tradicionais. É importante ter presente que o Serviço Social trabalha no âmago de relações sociais e que, portanto, todo o percurso feito em Santana no âmbito da Intervenção Comunitária está suportado nessa base, tendo envolvido o conjunto de relações consensuais e conflituosas que se foram desvendando. Neste sentido, depreende-se que, a trajectória da Intervenção Comunitária verificada em Santana é aquela que, de forma mais pertinente e adequada acaba por responder às necessidades sentidas e percebidas dentro do conjunto das relações sociais que enformam a intervenção social no seu todo, desde as que ocorreram das transformações do *ethos* profissional, das transformações culturais, das pseudo-transformações culturais institucionais até (e principalmente) às pseudo-transformações políticas no âmbito da democratização do poder.

Percebe-se assim que, a Intervenção Comunitária desenvolvida em Santana, mais correctamente designada de actuação de âmbito comunitário, caracteriza-se por um exercício conservador na medida em que, tem em linha de conta os seus limites, essencialmente exógenos, mais do que as suas potencialidades. Neste sentido, define-se uma prática profissional de funções mediadoras, dentro de um eixo normalizador.

Após o processo reflexivo efectuado no âmbito do estudo de caso dos Centros Sociais Municipais de Santana e conseqüente sistematização do conhecimento desenvolvido, considera-se fundamental (re) pensar a dimensão da Intervenção Comunitária, como Método próprio do Serviço Social, extrapolando a dimensão micro, referente ao Concelho de Santana. Ou seja, ***até que ponto podemos falar do processo de destradicionalização do Serviço Social de Comunidades? Perante o novo paradigma social o Serviço Social, como profissão, abriu, ou não, espaço para a recriação do Serviço Social de Comunidades?***

Efectivamente, falar hoje de Intervenção Comunitária não é sinónimo de falar sobre o Serviço Social Comunitário, pese embora este continue a enformar os pilares de sustentação da Intervenção Comunitária. A crescente desvalorização do terceiro Método próprio do Serviço Social pela própria profissão, em prol do Método Individual/Caso, como forma de legitimação do exercício de regulação política, impulsionou (e impulsiona) a efectiva “colonização” desta área por outros profissionais. ***Não será este um motivo sustentado para se pensar e efectivar uma (Re) Renovação do Serviço Social, recontextualizando os modelos e métodos profissionais característicos do Serviço Social, permitindo desta forma criar uma maior União entre o grupo profissional, bem como mostrar maior consistência e efectividade profissional numa perspectiva exógena?***

Considera-se que, actualmente, a destradicionalização do Método Comunitário é essencial para a profissão e tem de passar pelo desenvolvimento do conhecimento inter-pares, em resposta à crescente multidimensionalidade e complexidade dos problemas sociais contemporâneos. Numa perspectiva endógena temos o desinvestimento, neste âmbito, por parte da profissão e, conseqüentemente, o “aproveitamento” deste desinvestimento, por parte de outras áreas profissionais, que se têm vindo a consolidar na Intervenção Comunitária. Numa perspectiva exógena e mais global, as alterações socio-políticas e económico-financeiras, características da sociedade do risco, exigem a (re) criação de estratégias profissionais que impulsionem o desenvolvimento socio-económico das Comunidades. Isto implica, necessariamente, uma relação de complementaridade e retroalimentação, a partir de uma dinâmica de aprendizagem circular, entre as várias áreas profissionais envolvidas e, de forma particular, um revisitar do Método Clássico do Serviço Social de Comunidades,

permitindo a recriação e reorganização das competências profissionais do Assistente Social neste campo profissional (Mouro, 2009). É imprescindível, até por uma questão da religitação da profissão, o distanciamento da imagem “*tecnicista e burocrática*” (Mouro, 2009, p.399) da profissão, sendo objectivo fundamental “*a reinvenção da humanização, bem como a necessidade indefectível de agregar ao desenvolvimento económico [sobrevalorizado], o desenvolvimento social e humano*” (Idem, *Ibidem*).

No âmbito do exercício profissional, dar-se-ia um salto qualitativo, na medida em que iria permitir a transição de um paradigma meramente assistencialista, para um paradigma promocional. O Assistente Social, mais do que um Mediador neutro, tornar-se-ia num agente Mobilizador e Promotor da Mudança, comprometido, “*política, cultural e ideologicamente*” (Idem, *Ibidem*). O **compromisso** e a **proximidade** são conceitos que, neste âmbito, tornar-se-iam indissociáveis de todo o processo de Intervenção e, permitiriam recontextualizar o próprio conceito de participação (que se pretende activa), bem como da democratização do poder/democracia (que se pretende descentralizado e partilhado) e de solidariedade (mais colectiva do que individualizada).

No entanto, este trabalho só se afigura possível e concretizável, se houver uma mudança paradigmática no âmbito da hegemonização do pensamento no seio do Serviço Social, em detrimento de um pensamento complexo e multidimensional que, efectivamente, consiga responder às dinâmicas dos problemas sociais contemporâneos. Daí a imprescindibilidade de uma aprendizagem de dinâmica circular, com base na interacção interpares: a transdisciplinaridade (Morin, 2003). A “desfocalização” no problema social propriamente dito, para o conjunto de relações sociais que enformam esse mesmo problema social permite uma visão holística da situação que, sem deixar de atender ao problema social em si, vislumbra o conjunto de limites e potencialidades que condicionam e/ou potenciam a acção, numa atitude inovadora, integradora e dialógica.

Bibliografia

- Ander-Egg, Ezequiel. (1995). O Trabalho Social. Em Ander-Egg, Ezequiel. *Introdução ao Trabalho Social* (pp. 106-126). Petrópolis: Vozes.
- Capucha, Luis. (2010). Inovação e Justiça Social. Políticas Activas para a Inclusão Educativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 25-50. Acedido em 2, Janeiro, 2011, em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a03.pdf>.
- Castel, Robert. (1991). De l'indigence à l'exclusion, la desaffiliation – Precarité du travail et vulnérabilité. *Face à l'exclusion*. Paris: editions. Esprit. Acedido em 6, Abril, 2010, em <http://www.obsjeunes.qc.ca/F/veille/axes/insertion/sociale/exclusion/castel.htm>.
- Faleiros, Vicente de Paula. (2011). O que Serviço Social quer dizer. *Serviço Social & Sociedade*, 108, 748-761. Acedido em 17, Janeiro, 2012, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000400010&script=sci_arttext.
- Faleiros, Vicente de Paula. (2001). *Saber Profissional e Poder Institucional*. (6.^a ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Fernandes, Eugénia M., & Maia, Ângela. (2001). Grounded Theory. Em Fernandes, Eugénia M., & Almeida, Leandro S. *Métodos e Técnicas de Avaliação: contributos para a prática e investigação psicológica*, 49-76. Braga: Universidade do Minho.
- Freire, M. José Carlos., & Machado, Leonildo, A. R. (2010). O Ethos do Assistente Social na perspectiva Gramsciana de Estado. *Serviço Social & Realidade*, 19 (2), 255-278. Acedido em 28, Janeiro, 2012, em <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/458/444>.
- Guerra, Isabel Carvalho. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora, Lda.
- Giddens, Anthony. (2002). *As consequências da Modernidade*. (4.^a ed.) Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. (5.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.

- Granja, Berta Pereira. (2008). *Assistente Social - Identidade e Saber*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto. Acedido a 10, Fevereiro, 2010, em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7188/2/ASSISTENTE%20SOCIAL%208211%20IDENTIDADE%20E%20SABER.pdf>.
- Hoven, Rudy Van Den., & Nunes, Maria Helena. (1996). Trabalho Comunitário: Fundamentos e Contextos de Acção. Em Hoven, Rudy Van Den., & Nunes, Maria Helena (orgs). *Desenvolvimento e Acção Social*. (pp. 47-65). Lisboa: Fim da Século Edições.
- Idañez, Maria José Aguilar. (2001). La participación comunitária en el desarrollo social. Em Idañez, M. J. A. *La participación comunitária en salud: mito ou realidade?* (pp. 3-18) Madrid: Diaz de Santos.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). Relatório dos resultados preliminares dos censos 2011. Acedido em 20, Outubro, 2011, em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&elTab=tab1&pcensos=61969554.
- Marchioni, Marco. (2006). Democracia participativa y crisis de la política. La experiencia de los planes comunitarios. *Cuadernos de Trabajo Social*, 19, 213-224. Acedido em 18, Novembro, 2011, em <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CEsQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.ucm.es%2Findex.php%2FCUTS%2Farticle%2Fdownload%2FCUTS0606110213A%2F7569&ei=MAIYUM3FC4yVmQWCqoHIBQ&usg=AFQjCNFFdYWxVOiK70ihf9BG5IeP9hg0WA&sig2=X9bqxPaWfCSrizbdWWpPHg>.
- Mendieta, M^a Isabel Hombrados., Martín, Miguel Ángel García., & Espigares, Trinidad López (coords.). (2006). *Intervención social y comunitaria*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Morín, Edgar. (2003). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. (8.^a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Mouro, Helena. (2009). *Modernização do Serviço Social: da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*. Coimbra: Almedina.
- Mouro, Helena. (2001). Serviço Social: Um Século de Existência. Em Mouro, Helena., & Simões, Dulce. *100 Anos do Serviço Social*. (pp.27-58). Coimbra: Quarteto Editora.
- Quivy, Raymond., & Campenhoudt, Luc Van. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.^a ed.) Lisboa: Gradiva.
- Robertis, Cristina de. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Robertis, Cristina de., & Pascal, Henri. (1994). *La Intervención Colectiva en Trabajo Social*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Sampieri, Roberto Hernández., Collado, Carlos Fernández., & Lucio, Pilar Baptista. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. (3.^a ed.) São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, Boaventura de Sousa., & Ferreira, Silvia. (2005). A Reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes. Em Santos, Boaventura de Sousa., Hespanha, Pedro., & Carapinheiro, Graça (orgs). *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado recuar mais?* (pp. 177-221). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa. (2002). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade*. (8.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Clara Cruz. (2008, Novembro). *Identidades Profissionais em Serviço Social*. Comunicação Universidade Católica Portuguesa. Disponível em http://issuu.com/claracruzantos/docs/comunica_c3_87_c3_83o_universidade_cat_c3_93lica_p.
- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. (2008). *Plano Gerontológico da RAM 2009-2013*. Acedido em 18, Novembro, 2011, em http://sras.gov-madeira.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1028:plano-gerontologico-da-ram-2009-2013&catid=30:varios-artigos-&Itemid=43

- Strauss, Anselm., & Corbin, Juliet. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. (2ª ed.). Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Vieira, Balbina Ottoni. (1988). Abordagem Comunitária: Serviço Social com Comunidades. Em Vieira, Balbina. Ottoni. *Serviço Social: Processos e Técnicas* (pp. 243-340). Rio de Janeiro: Agir Editora.
- Yin, Robert K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. (2ª ed.). Thousand Oaks: SAGE Publication.